

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

1.DO OBJETO

1.1 Contratação de serviço de locação de veículos com condutor para transporte de passageiros e de pequenas cargas, para atender a Fiocruz no estado de Rondônia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Tipo do veículo	Quantidade de veículos	Quantidade de condutor (posto de trabalho)	Estimado mensal	Estimado mensal Posto de trabalho	Estimado mensal Locação de veículo	Valor Máximo Aceitável dos Item	
							Mensal	12 meses
01	Pick-up	2	2	6.000 KM	R\$16.648,75	R\$ 24.580,40	R\$ 41.229,15	R\$ 494.749,85
	Utilitário	1	1	1.800 KM	R\$ 7.338,60	R\$4.720,58	R\$ 12.059,18	R\$ 144.710,12
	Diárias estimadas						R\$ 6.465,28	R\$ 77.583,36
	Horas extras estimadas						R\$ 7.032,32	R\$ 84.387,80
	TOTAL						R\$ 66.785,93	R\$ 801.431,12

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, cujo objeto denomina-se serviço de locação de veículos com condutor para transporte de passageiros e de pequenas cargas, para atender a Fiocruz no estado de Rondônia, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520 de 2002, c/c Decreto nº 10.024/19.

1.3 Os quantitativos e os respectivos itens a serem contratados estão discriminados na tabela acima. O código cadastrado no Planejamento de Gerenciamento de Contratações -PGC nº15008.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, por item.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, Apêndice I desse Termo de Referência.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. As atividades listadas no Termo de Referência estão contempladas na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4 O serviço contratado, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades de apoio e das finalísticas da contratante, de modo que sua interrupção compromete a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional.

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1 serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.1.2 Contrato com duração de, pelo menos, 12 (doze) meses, e de caráter continuado, não podendo ser interrompido, disponível em todos os dias da semana, incluindo, em situações específicas, feriados e finais de semana, e em horários diferenciados quando necessário;
- 5.1.3 Contrato poderá ter sua vigência estendida por mais de um exercício financeiro, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite imposto pelas normas que dispõem sobre Contratos Públicos; Solução deve atender as particularidades de cada demanda, garantindo ao menos as especificadas no item “descrição da necessidade” do Estudo Técnico Preliminar, além de veículos capazes de enfrentar longos deslocamentos, incluindo regiões alagadiças e sem pavimentação;
- 5.1.4 O Contrato deve prever condições de atender plenamente as três localidades onde a Fiocruz Rondônia desenvolve suas atividades, na sede (Rua da Beira, 7671), no Cepem (Av. Guaporé, 415 303) e Campus Unir (BR-364, Km 9), na cidade de Porto Velho, em Rondônia;
- 5.1.5 O Contrato deve considerar o deslocamento de mão de obra para executar atividades nos três locais onde a Fiocruz atua, bem como o transporte dos materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução;
- 5.1.6 O Contrato atender critérios de sustentabilidade e aplicar práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas a causar o menor impacto ambiental durante a prestação do serviço; Solução deve obedecer às orientações e determinações legais e cumprir normas técnicas vigentes pertinentes às atividades praticadas durante a execução dos serviços;

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3 A quantidade estimada de deslocamentos e de hospedagens está estimada nas tabelas 1 e 2 do item 8.1.5 Deslocamento e Hospedagem, deste Termo de Referência.

- 5.3.1 Para efeito da quantidade estimativa de viagens para os motoristas, foi considerando o histórico de viagens dos anos anteriores, para um período anual, bem como o tempo de afastamento e a permanência no local.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada, como os requisitos previstos nos dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE nº 6/1995;

6.1.1 Assim, por se tratar de locação de postos de trabalho, para tanto a/as empresas que vierem a ser contratadas devessem adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, mínimos, a seguir:

- 6.1.1.1 Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- 6.1.1.2 Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como: a) Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros; b) Saboneteiras e toalheiros quebrados; c) Lâmpadas queimadas ou piscando; d) Luzes de postes e refletores ligadas durante o dia; e) Tomadas e espelhos soltos; f) Fios desencapados; g) Janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outras.
- 6.1.1.3 Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.
- 6.1.1.4 Orientar na atuação, o supervisor e os encarregados, como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada, visando a sustentabilidade na prestação dos serviços, devendo:
  - Promover práticas de consumo consciente de água e energia elétrica durante a execução dos serviços realizados nas dependências da Fiocruz.
  - Deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:
  - Racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
  - Treinamento e capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício e de poluição;
  - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços;
  - Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9h00min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail ([robnei.stefanes@fiocruz.br](mailto:robnei.stefanes@fiocruz.br)) ou pelo telefone (69) 99236-7105 (Robnei).
- 7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 8.1.1 Os serviços serão prestados, diariamente, com veículos da contratada e conduzidos por profissionais habilitados, para utilização em atividades oficiais da contratante, representada por seus servidores, colaboradores e outros, observados os dispositivos do art. 15 da Instrução Normativa nº 5/2017 – SLTI/MPOG e art. 57 da Lei 8.666/1993.
  - 8.1.2 A contratada deverá disponibilizar, com exclusividade, motoristas e veículos nas quantidades e características descritas no item 10, deste termo de referência.
  - 8.1.3 No período de prestação dos serviços, os veículos ficarão estacionados em local a ser determinado pela contratante.
  - 8.1.4 A empresa disponibilizará equipamento de comunicação móvel aos motoristas e ao representante designado pela contratada, com o objetivo de que esses profissionais possam realizar e receber ligações, sempre que necessário à perfeita execução de suas atividades.
  - 8.1.5 O motorista deverá executar anotações nas requisições, que serão conferidas e atestadas pelo fiscal do contrato no final do expediente.
  - 8.1.6 Adotar todas as medidas necessárias ao socorro de vítimas em caso de acidentes e informar imediatamente à fiscalização do contrato, conforme o caso.
  - 8.1.7 Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões, a contratada deverá disponibilizar estrutura de suporte e atendimento mecânico, bem como efetuar a troca dos veículos no prazo máximo de 4 (quatro) horas no estado de Rondônia e 12 (doze) horas em outras regiões, a partir da notificação feita pela Administração.
  - 8.1.8 A contratada poderá fazer escala de revezamento, para programação de trabalho dos motoristas e substituições, sem prejuízo do número de veículos à disposição da Fiocruz.
  - 8.1.9 O instrumento de medição (odômetro ou similar) do veículo utilizado será acionado a partir da saída autorizada da Fiocruz e seu entorno, com ou sem passageiro.
  - 8.1.10 A referência do início do cômputo da quilometragem é a da sede da Fiocruz Rondônia.
  - 8.1.11 A contratada não fica obrigada a instalar nas unidades da Fiocruz sistema de controle de frotas, que é opcional, no entanto, para efeito de ateste de fatura e fiscalização, deverá manter os registros de quilometragem em planilhas a serem enviadas mensalmente ou quando solicitadas pela fiscalização, para que não haja prejuízos nas atividades das unidades.
- 8.2 A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Contrato, na forma que segue:
- 8.2.1 Os serviços serão executados nas seguintes quantidades e localidade:

Descrição	Quantidade de veículos	Quantidade de condutores
Veículo tipo pick-up	2	2
Veículo tipo utilitário	1	1

- 8.2.1.1 Em Porto Velho, na sede da Fiocruz Rondônia, localizada na Rua da Beira, nº 7671, Bairro Lago (BR 364, km 3,6), das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 8 às 12 horas, respeitado o intervalo de almoço.
- 8.2.2 Os itinerários serão definidos pelo representante da Fiocruz, de acordo com a necessidade da contratante.
- 8.2.3 A contratada prestará os serviços em caráter permanente de segunda a sábado, e excepcionalmente aos domingos e feriados, com prévia comunicação à empresa, por parte da Fiocruz.
- 8.2.4 Caso o horário de funcionamento da Fiocruz sofra alteração por algum motivo, os horários de prestação de serviços deverão ser adequados para atender à nova situação.
- 8.2.5 Os veículos com os respectivos motoristas poderão realizar viagens intermunicipais e interestaduais.
- 8.2.6 O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda e pago pela contratante na ocasião do pagamento da fatura mensal;
  - 8.2.6.1 Os motoristas receberão o valor de “meia diária”, quando estiverem em viagem sem pernoite;
  - 8.2.6.2 Os motoristas receberão o valor de 1 (uma) diária para cada pernoite, quando estiverem em viagem com pernoite.
- 8.2.7 Os valores de diárias que a Fiocruz pagará à contratada deverão estar inclusos todos os tributos e encargos sociais, além do valor que contratada efetivamente passou ao motorista.
  - 8.2.7.1 O valor da diária será no mínimo o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.
- 8.2.8 Não haverá diária para os deslocamentos para municípios limítrofes com o município onde será prestado o serviço.
- 8.2.9 Todas as despesas detalhadas neste termo de referência serão de responsabilidade da contratada e obedecerão às estimativas previstas na planilha de custo e formação de preço.

8.2.10 A metodologia, procedimentos e ordem de execução das tarefas ficarão a cargo do Fiscal do Contrato que repassará ao responsável pelos serviços gerais da Fiocruz Rondônia que transmitirá aos motoristas para execução.

8.2.11 A administração privilegia que a contratada adote boas práticas que contribua com o desenvolvimento nacional sustentável, promovendo a otimização de recursos e menor impacto socioambiental.

8.2.12 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar profissionais com ensino médio completo, pertencentes à categoria de ocupação de Motorista – Veículo Leve e de Motorista – Veículo Médio, sob o Código Brasileiro de Ocupações 7823-05.

8.2.13 Os motoristas não terão vínculo empregatício com a Fiocruz;

8.2.14 As despesas pessoais dos motoristas são de responsabilidade da contratada, devendo ser disponibilizado em número suficiente para o bom desempenho dos serviços;

8.2.15 Os motoristas dos veículos deverão trajar uniformes, que o caracterize adequadamente para o exercício da sua função;

8.2.16 Os motoristas deverão ter curso de direção defensiva, e os certificados do curso deverão ser apresentados na data da assinatura do contrato;

8.2.17 Os motoristas devem respeitar os limites da jornada de trabalho prevista em lei, garantido, nos casos especiais e excepcionais, o exercício de horas extras, que serão devidamente medidas e pagas.

8.2.18 São atividades básicas a serem desempenhadas pelos motoristas:

- Conduzir veículos para transporte de passageiros e de pequenas cargas em vias pavimentadas ou não, bem como para deslocamentos de pesquisadores em atividades de campo e realização de pesquisas, em todos os casos, para os destinos autorizados pela fiscalização setorial do Contrato em Rondônia;
- Realizar viagens com permanência no local durante o trabalho de campo, incluindo deslocamentos intermunicipais e interestaduais, em especial, para os estados do Acre e do Amazonas;
- Conduzir os veículos com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza, devendo ser observado todas as normas legais de trânsito;
- Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato;
- Solicitar quando do embarque de passageiros, documento específico para tal fim, a ser definido pela Fiocruz, devidamente assinado pelo demandante;
- Preencher formulário próprio para controle de tráfego, indicando a rota executada e qualquer desvio à rota determinada;
- Quando do recolhimento e da retirada do veículo, o motorista deve verificar:
  - 1) Condições de limpeza interna e externa;
  - 2) Nível de óleo do motor e água do radiador;
  - 3) Pressão de ar dos pneus;
  - 4) Funcionamento dos instrumentos de sinalização, velocímetro e do hodômetro;
  - 5) Funcionamento dos freios;
  - 6) Documentação do veículo;
  - 7) Acessórios e equipamentos obrigatórios;
  - 8) Extintor de incêndio;
  - 9) Triângulo;
  - 10) Macaco mecânico;
  - 11) Pneu reserva;
  - 12) Chave de roda;
  - 13) Cinto de segurança;
  - 14) Fixação dos adesivos laterais (especificações de acordo com a IN 03/2008, da SLTI/MPOG).
- Respeitar os limites de velocidade e peso determinados por lei, não os infringindo sob nenhum pretexto;
- Utilizar os veículos exclusivamente em serviço e para uso exclusivo da Fiocruz;
- Recolher o veículo em local apropriado, resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas. Ao término do serviço, recolhê-los à garagem da contratada;

Observação: Caso a contratada entenda conveniente, ao término do serviço, os veículos poderão ser acomodados na garagem das unidades da Fiocruz, a critério da Administração, sem qualquer responsabilidade da contratante.

- Sob nenhuma hipótese abandonar o veículo;
- Na ocorrência de acidente com o veículo, solicitar perícia e, após a liberação, se for o caso, solicitar à contratada a remoção do veículo para a garagem ou para a oficina indicada para o conserto. Casos nos quais caberá ao motorista providenciar o Boletim de Ocorrência ou Laudo Pericial feito pelo órgão competente;
- Apontar defeitos e incorreções apresentadas nos veículos para fins de manutenção;
- Quando solicitado, efetuar a inspeção do veículo e prova de rua para fins de manutenção periódica, que serão acompanhadas por um profissional (motorista ou mecânico) indicado pela Fiocruz e pelo fiscal de contrato;
- Ter conhecimento das principais vias públicas das cidades onde estão situadas as unidades da Fiocruz onde serão prestados os serviços;
- Para que se obtenha de cada veículo o melhor rendimento e segurança na utilização, os motoristas deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

1) Manter os veículos devidamente abastecidos, limpos e lubrificados, principalmente após contato com lama, areia, áreas alagadas etc.;

2) Planejar antecipadamente o percurso;

3) Evitar tanto quanto possível o tráfego engarrafado;

4) Manter a velocidade do veículo compatível com a da via utilizada;

5) Evitar freadas bruscas;

6) Utilizar a marcha correta;

7) Não acelerar o veículo, quando parado.

- Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;
- Apresentar-se no horário de serviço devidamente uniformizado, com cabelo aparado e barbeado, no caso de homem;
- Dirigir o veículo de acordo com a legislação de trânsito;
- Portar Carteira Nacional de Habilitação (válida), Cédula de Identidade, Carteira Funcional e cópia autenticada da documentação do veículo;
- Manter atualizado o exame médico exigido pelo Departamento de Trânsito local;
- Comunicar ao agente de controle quaisquer defeitos ou avarias que comprometam o desempenho do veículo ou coloquem em risco tráfego normal;
- Assumir as multas a que der origem, aplicadas ao veículo;
- Reparar danos causados à Fiocruz ou a terceiros por sua exclusiva culpa;
- Zelar pela segurança dos passageiros e materiais transportados;

- Não permitir o embarque de pessoas não autorizadas;
- Zelar pela integridade e segurança dos documentos pertinentes ao veículo sob sua responsabilidade;
- Manter em perfeitas condições de uso e funcionamento o veículo sob sua responsabilidade, comunicado à fiscalização do contrato e à empresa quaisquer defeitos e ou avarias nele detectados;
- Não fumar no interior dos veículos;
- Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados;
- Atender com respeito e cortesia todos os passageiros transportados demonstrando interesse pelo serviço executado;
- Não ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias entorpecentes, em hipótese alguma, quando em serviço;
- Não fixar emblemas ou distintivos de qualquer natureza nos veículos a serviço da contratante, a não ser os previstos em contrato;
- Abrir e fechar a porta e prestar apoio no embarque e desembarque aos passageiros com deficiência e com mobilidade reduzida;
- Ligar rádio e ar-condicionado com a concordância dos passageiros;
- Executar anotações de quilometragem, que serão conferidas e atestadas pelo usuário, no momento do embarque e desembarque;
- Executar todas as atividades inerentes à função de motorista.

8.2.19 São deveres e disciplinas exigidos para desempenho de funções no âmbito da Fiocruz:

- Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pelo supervisor ou chefia imediata;
- Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a) e asseado(a);
- Manter a barba feita e os cabelos cortados e/ou presos;
- Cumprir normas de segurança para acesso às dependências da Fiocruz Rondônia, onde desenvolver suas atividades;
- Comunicar ao supervisor ou chefia imediata qualquer irregularidade identificada;
- Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- Cumprir as normas internas da Fiocruz;
- Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- Zelar pela preservação do patrimônio da Fiocruz sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em caso emergenciais;
- Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao superior, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da Fiocruz, providenciando para que sejam encaminhados à segurança ou ao seu superior;
- Evitar confrontos com colaboradores, estudantes, outros prestadores de serviço e visitantes da Fiocruz;
- Tratar a todos com urbanidade;
- Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao Contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização; e
- Não participar, no âmbito da Fiocruz, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

8.2.20 São exigidas as seguintes qualificações para o posto de motorista:

- Escolaridade mínima: ensino fundamental completo;
- Carteira Nacional de Habilitação compatível com o veículo a ser conduzido;
- Curso de direção defensiva;
- Ter senso de responsabilidade e bom relacionamento interpessoal;
- Conhecer e respeitas as leis de trânsito;
- Ter boa fluência verbal e escrita;
- Ter boa saúde física e mental, bem como estabilidade emocional;
- Ser zeloso pela segurança dos passageiros e dos materiais transportados;
- Ter raciocínio rápido e conduta proativa;
- Possuir noções básicas de mecânica automotiva;
- Ter boa apresentação e cuidados com a higiene pessoal, extensiva ao vestuário;
- Ter conhecimento da região geográfica onde irá atuar.

8.2.21 Quantidade de postos de trabalho e carga horária de trabalho dos condutores de veículos:

Categoria Profissional	Categoria Profissional (CBO)	Carga Horária	Quantidade de Profissionais
Motorista – Leve	7823-05	Segunda a sábado 44 horas semanais diurnas	1
Motorista – Médio	7823-05	Segunda a sábado 44 horas semanais diurnas	2

8.2.22 A respeito da jornada de trabalho extraordinária:

8.2.22.1 Ressalta-se que devido a especificidade dos serviços e distância entre os locais de atendimento poderá ocorrer a necessidade prestação de serviços fora do horário de expediente normal. Assim, deverá ser provisionado, separadamente, para efeito de estimativa de custo, para todos os postos de trabalho as seguintes horas extras:

- Duas horas extras diárias, considerando 20 dias, dentro da jornada normal, de execução no mês (2 horas x 20 dias = 40 horas por mês) no percentual de 50% sobre o valor da hora normal (segunda a sábado);
- Duas horas extras semanais considerando 5 dias, fora da jornada normal, de execução no mês (2 horas x 5 dias = 10 horas por mês) no percentual de 100% sobre o valor da hora normal (domingos e feriados);
- Tendo em vista a possibilidade de atendimentos nos finais de semana e feriados, a contratada deverá pagar ao trabalhador o adicional noturno sobre o valor das horas extras,

- conforme legislação vigente, no que dispõe o Art. 5º, inciso II do Decreto nº 6.403/2008;
- As jornadas de trabalho extraordinário, quando solicitadas e autorizadas pela fiscalização serão de caráter eventual, excepcional ou emergencial e somente serão pagas mediante autorização da fiscalização do contrato.
- 8.2.22.2 Considera-se a 1ª hora extra, depois de cumprida efetivamente a jornada de trabalho de 8 horas diárias.
- 8.2.22.3 O pagamento referente ao item 8.2.22.1 somente será efetuado mediante ocorrência do fato, o qual deverá ser autorizado pela fiscalização setorial do Contrato em Rondônia.
- 8.2.23 A respeito dos deslocamentos e hospedagem para as atividades de motoristas:
- 8.2.23.1 Deverá ficar provisionado as despesas decorrentes de viagens devido ao atendimento de demandas fora do Município do Porto Velho, abrangendo todo território brasileiro, com permanência no local durante o trabalho de campo.
- 8.2.23.2 As viagens serão previamente autorizadas pela fiscalização setorial do Contrato em Rondônia, partindo da sede da Fiocruz Rondônia, situada à Rua da Beira, 7671, bairro Lagoa, em Porto Velho/RO; portanto não há provisionamento de custo com adicional de deslocamento.
- 8.2.23.3 O destino da viagem e a permanência prevista serão previamente informados à Contratada pela fiscalização do Contrato, sendo que tal permanência será dimensionada considerando a jornada de trabalho de 44 horas semanais diurnas; portanto, não há provisionamento de custo de horas extras durante as viagens.
- 8.2.23.4 Para os trabalhos realizados em vários dias COM pernoite, será considerado 100% do valor de referência indicado na tabela abaixo, dele sendo descontado o valor do auxílio-refeição e do auxílio-transporte; ou seja, o terceirizado receberá da Contratada, em moeda corrente, antecipadamente à viagem, o resultado entre o valor de referência de 1 diária menos 1 auxílio-refeição e 1 auxílio-transporte por dias de afastamento, já que a diária destina-se à alimentação e ao alojamento da mão-de-obra terceirizada, não sendo utilizado transporte coletivo para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa.
- 8.2.23.5 Para os trabalhos num único dia SEM pernoite, será considerado 50% do valor-base (½ diária) indicado na tabela abaixo, dele sendo descontado o valor do auxílio-refeição; ou seja, o terceirizado receberá da Contratada, em moeda corrente, antecipadamente à viagem, o resultado entre a metade do valor de referência de 1 diária menos 1 auxílio-refeição já que, neste caso, a diária destina-se exclusivamente à alimentação.
- 8.2.23.6 Para os trabalhos em municípios limítrofes e/ou com deslocamento inferior a 100 km a contar da sede da Fiocruz Rondônia, com retorno no mesmo dia, não será paga ½ diária ao condutor.
- 8.2.23.7 A tabela abaixo possui um quantitativo estimado de diárias para os motoristas, com base em histórico de anos anteriores, para um período anual, conforme o tempo total estimado de afastamento: viagem (ida e volta) e a permanência no local. O valor de referência foi baseado no valor da indenização de diária aos servidores públicos federais, estabelecido para os cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme Decreto nº 5.992, de 19/12/2006, da Presidência da República.
- 8.2.23.8 O pagamento referente aos deslocamentos e hospedagem somente será efetuado mediante ocorrência do fato, o qual deverá ser autorizado pela fiscalização setorial do Contrato em Rondônia.

Tabela da Estimada de viagens para a atividade de Motorista:		
Destino	Quantidade Anual Estimada de Diárias	Valor de Referência da Diária
Deslocamentos para outros estados	48	R\$ 450,00
Demais deslocamentos	120	R\$ 300,00

- 8.2.24 As atividades de motorista serão executadas mediante Ordem de Serviço (OS), cujo modelo encontra-se no Apêndice IV deste instrumento que serão emitidas pela fiscalização setorial do Contrato em Rondônia, através de sistema própria da Administração, estando nela o detalhadamente de todos os serviços solicitados e a serem executados.
- 8.2.24.1 A Ordem de Serviço (OS) depois de executada deverá ser entregue à fiscalização da contratante, devidamente assinada e datada pelo usuário/requisitante.
- 8.3 Quanto ao modelo de gestão de contrato e critérios de medição:
- 8.3.1 A fiscalização da prestação de serviço contará com um Fiscal Setorial, designado pela Coordenação da Fiocruz Rondônia, apoiado pelo Segetrans da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi, que acompanhará todas as atividades e operações dos serviços prestados, bem como realizará a avaliação da prestação dos serviços por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e ainda realizar o fechamento das faturas mensais;
- 8.3.2 Quanto ao gerenciamento, acompanhamento e pagamento, os meios de comunicação utilizados serão o e-mail (informados no início da vigência contratual), o Ofício (que poderá ser enviado preferencialmente por e-mail, WhatsApp, ou, em último caso, por Correios), o telefone, ou outros meios formais de comunicação;
- 8.3.3 A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através de representante indicado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço;
- 8.3.4 Os serviços deverão estar disponíveis a partir da assinatura do Contrato, no caso em que já serão mensurados pela fiscalização para fins de pagamento:
- 8.3.4.1 Custo fixo: o contratante remunerará a integralidade dos custos fixos que forem realizados e que constarem na planilha de custo e formação de preço, considerando o disposto referente à dedução prevista dos dias efetivamente executados de VT e VR, conforme no item 13 deste Termo de Referência.
- 8.3.4.2.1 O quilômetro excedente em determinado mês terá por base o valor do quilômetro rodado que incide na quilometragem prevista, aquele estará limitado à quantidade global de quilometragem contratada;
- 8.3.4.2 Em relação aos condutores, o serviço será remunerado por posto de trabalho, o qual será ocupado por profissional cuja categoria seja reconhecida legalmente e se encontre relacionada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, observando os termos de Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva aplicável no estado de Rondônia;
- 8.3.4.2.1 A previsão estimada de diárias, bem como o valor de referência para estimativa de custo são baseados na Cláusula 14º CCT DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA E LOCAÇAO DE MAODE-OBRA DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ n. 63.762.496/0001-50.
- 8.3.4.3 O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda para os motoristas, observadas as regras dispostas em instrumento coletivo de trabalho, para atender a despesas decorrentes de deslocamentos intermunicipais e interestaduais, e pago pela contratante na fatura mensal. Foram previstas 168 diárias para o período de 12 meses, sendo 120 intermunicipais e 48 interestaduais, e seus valores individuais não poderão ser inferiores ao estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.
- 8.3.4.4 A remuneração da CONTRATADA estará condicionada ao cumprimento de critérios de aferição de resultados definidos na forma do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), previsto neste Termo de Referência.
- 8.3.4.5 Os serviços deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade e desempenho esperado pela Fiocruz Rondônia, de acordo com os parâmetros definidos neste Termo de Referência;
- 8.3.4.6 Caso a contratada não cumpra com os compromissos assumidos em Contrato, ou não alcance resultados aceitáveis, estará sujeita às penalidades cabíveis;
- 8.3.4.7 Os serviços podem ser recusados pela Administração, quando apresentarem defeitos e/ou vícios de qualidade, ou por não observância dos padrões e melhores práticas adotadas pela contratante;
- 8.3.4.8 Deverá ser agendada reunião preliminar na Fiocruz Rondônia, agendada pela CONTRATADA, antes do início do Contrato, com a presença da Administração contratante (fiscalização e autoridade da Fiocruz Rondônia) e contratada, para que sejam esclarecidas dúvidas sobre o Contrato, apresentação do representante da contratada, da fiscalização pela contratante, repasse dos conhecimentos necessários para execução dos serviços e outros assuntos pertinentes.

9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1 Não se aplica . Os serviços não englobem a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro em favor da Administração.

10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características, além dos previstos no item 8 deste Termo de Referência:
- 10.1.1 A quantidade de postos de trabalho requerida nesta contratação foi estabelecida de forma a atender satisfatoriamente as demandas dos usuários/requisitantes da Instituição.
- 10.1.2 Localização da prestação de serviço:
- 10.1.2.1 Os profissionais envolvidos nesta prestação de serviço farão base no Serviço de Infraestrutura da Fiocruz Rondônia, na sede, situada na Rua da Beira, 7671, bairro Lagoa,

10.1.3 Quantitativo de profissionais:

Tabela 1: Detalhamento dos Quantitativos de profissionais – Motorista			
Categoria Profissional	Categoria Profissional (CBO)	Carga Horária	Quantidade de Profissionais
Motorista – Leve	7823-05	Segunda a sábado 44 horas semanais diurnas	1
Motorista – Médio	7823-05	Segunda a sábado 44 horas semanais diurnas	2

**Observação 1:** Para efeito da quantidade estimativa de viagens para os motoristas, foi considerado o histórico de viagens dos anos anteriores, para um período anual, bem como o tempo de afastamento e a permanência no local, conforme informações que constam no item 8.2.23, Deslocamento e Hospedagem, deste Termo de Referência.

10.1.4 A Contratada deverá provisionar o percentual de 40% de insalubridade nas planilhas de custo, visando à sustentabilidade jurídico-financeira e isonomia entre os licitantes. Neste caso a Administração adotou-se como padrão o risco máximo de “40% de insalubridade”. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus graus de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em Laudo Pericial, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE a ser apresentado pela Contratada num prazo de até 60 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres na totalidade dos postos ou se a insalubridade for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos contratuais, na forma do § 8º, do art. 65 da Lei nº 8.666/93

10.1.5 O salário-mínimo vigente deverá ser considerado como base de cálculo da referida insalubridade, exceto se estipulado outro indexador em Convenção Coletiva de trabalho da categoria.

10.1.6 Em relação aos condutores, o serviço será remunerado por posto de trabalho, o qual será ocupado por profissional cuja categoria seja reconhecida legalmente e se encontre relacionada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, observando os termos de Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva aplicável no estado de Rondônia;

10.1.7 O pagamento das despesas de diárias será efetuado sob demanda para os motoristas, observadas as regras dispostas em instrumento coletivo de trabalho, para atender a despesas decorrentes de deslocamentos intermunicipais e interestaduais, e pago pela contratante na fatura mensal. Foram previstas 168 diárias para o período de 12 meses, sendo 120 intermunicipais e 48 interestaduais.

10.1.8 A contratada deverá executar os serviços de transportes, utilizando, para tanto, veículos com as seguintes características:

TIPO DE VEÍCULO	CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO
Pick-up	Veículo para transporte de passageiros e cargas; Capacidade de carga a partir de 1000 (mil) Kg; Volume da caçamba a partir de 1000 (mil) litros; Veículo de no máximo 5 anos de uso a partir da data de fabricação; Tração 4x4 e movido a diesel; Capacidade para, no mínimo, 5 passageiros, incluindo o motorista; 4 portas e carroceria; Ar-condicionado original de fábrica e rádio AM/FM; Possuir película de proteção solar (tipo <i>insulfilm</i> ) nos vidros laterais e traseiros; Air bag, freios ABS e capota da carroceria de fibra ou lona; Veículo em perfeitas condições de uso.
Utilitário	Veículo para transporte de passageiro e pequenas cargas; Cargas leves – até 1000 (mil) kg; Veículo de no máximo 5 anos de uso a partir da data de fabricação; Movido a Álcool e/ou Gasolina; Capacidade para 7 passageiros, incluindo o motorista; 4 portas, portas laterais e porta da mala; Ar-condicionado original de fábrica e rádio AM/FM; Possuir película de proteção solar (tipo <i>insulfilm</i> ) nos vidros laterais e traseiros; Air bag e freios ABS; Veículo em perfeitas condições de uso.

Observação: os veículos somente poderão ser mantidos no contrato durante a sua vida útil de até 5 anos, devendo a contratada substituí-los quando atingirem o limite supracitado.

10.1.8.1 Os serviços serão executados nas seguintes quantidades:

Descrição	Quantidade total de veículos
Veículo tipo pick-up	2
Veículo tipo utilitário	1

10.1.9 Os veículos atenderão as demandas na Fiocruz Rondônia, a partir da rua da Beira, 7671, Bairro Lagoa, em Porto Velho, Rondônia.

10.1.9.1 Poderá ocorrer situações em que as partidas terão início em outras localidades, casos nos quais a fiscalização do Contrato deverá autorizar, e quando não for possível, o motorista deverá registrar e informar imediatamente o fiscal do Contrato.

10.1.10 A locação em caráter permanente deverá atender aos seguintes itens:

10.1.10.1 A Fiocruz poderá solicitar, em casos excepcionais, os serviços contratados em horários não especificados no subitem 8.2.1.1, devendo os serviços prestados, nestes casos, nas mesmas condições pactuadas, e estar à disposição das unidades no prazo máximo de 1 (uma) hora após a solicitação.

10.1.11 A empresa, no ato da assinatura do instrumento contratual, deverá apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas, bem como apólice de seguro total de cada um dos veículos. Em caso de troca de qualquer veículo ou motorista, deverá, obrigatoriamente, atualizar os documentos junto à fiscalização da Administração;

10.1.12 Os veículos serão vistoriados diariamente, para que sejam verificadas as condições de conservação e limpeza, pelo fiscal do contrato, ou por colaborador designado por ele;

10.1.13 A empresa deverá relacionar os veículos de sua propriedade, disponíveis para a realização do serviço, contendo modelo, ano de fabricação, cor e nº das placas e do Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).

10.1.14 Os veículos deverão manter as características e cor padrão de fábrica, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logomarca que identifique a empresa, e terão indicação afixada nas portas dianteiras, por adesivo com manta magnética, posicionado abaixo das janelas, no qual deverá conter as expressões "A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL, sigla da Fiocruz e USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO", conforme especificações contidas no Apêndice V deste termo de referência.

10.1.15 A contratada deverá realizar as identificações nos veículos permanentes conforme disposto na IN nº 3/2008-SLTI/MPOG e suas alterações.

## 11 UNIFORMES

11.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os padrões da contratada, devendo ser aprovado pela fiscalização do contrato antes da entrega aos profissionais, e atender as seguintes diretrizes:

11.2.1 A contratada deverá prover 1 (um) conjunto completo de uniforme ao empregado no início da execução do contrato, conforme descrito no Apêndice III deste instrumento, devendo ser substituído por um outro conjunto a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.2.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.2.3 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

11.3 Os equipamentos de proteção individual (EPI) serão fornecidos pela contratada, de acordo com as normas de segurança do trabalho em vigor, de uso obrigatório pelos profissionais durante o exercício da atividade.

## 12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.2.1 O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

12.2.2 A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

12.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.5 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.5.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.5.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.5.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.5.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.9 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.10 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.11 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.12 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.12.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

12.12.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.12.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.12.4 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.13 Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.14 Permitir o livre acesso dos profissionais vinculados ao Contrato, às áreas de atuação, desde que eles estejam devidamente identificados e uniformizados.

12.15 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto para os motoristas da Presidência e/ou em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.16 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.2.1 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

13.2.2 Recomendar aos seus funcionários para chegarem aos locais de trabalho com antecedência suficiente para a assunção do serviço, devidamente uniformizados, de forma a iniciarem as atividades no horário estabelecido para cada turno.

13.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017;

13.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante

13.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.20 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.21 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.21.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.21.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.22 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.23 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.24 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.25 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.26 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.27 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.28 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.29 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.30 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.31 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.32 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.32.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.32.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.32.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.33 Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.34 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.35 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.36 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.



13.37 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.38 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

13.39 Apresentar nos primeiros 60 (sessenta) dias de Contrato, e anualmente, o PPRA - Programa de Prevenção aos Riscos Ambientais e o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, ou os que venham a substituí-los. A não apresentação das documentações será caracterizada como inexecução parcial do Contrato, passível de aplicação de penalidades previstas em Contrato.

13.40 Apresentar nos primeiros 30 (trinta) dias de Contrato, e anualmente, o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de cada trabalhador do contrato, em conformidade com a norma.

13.41 Manter rigoroso controle de frequência dos seus empregados, devendo utilizar métodos apropriados de averiguação, como ponto eletrônico biométrico com emissão de comprovante ao trabalhador; no quantitativo adequado;

13.42 Orientar aos seus funcionários, que cheguem aos locais de trabalho com antecedência para início de sua jornada no posto de trabalho, devidamente uniformizados de forma a iniciarem as atividades no horário estabelecido para cada turno;

13.43 Apresentar ao Fiscal do Contrato a relação nominal dos profissionais que prestarão serviço mencionando os dados cadastrais e, comunicar qualquer alteração quando estas ocorrerem. Preencher o formulário “Ficha de Cadastro para Terceirizado”, o qual será fornecido pela fiscalização do contrato, de todos os trabalhadores vinculados ao Contrato e atualizá-los toda vez que houver saída e/ou entrada de profissionais no contrato;

13.43.1 No caso de prorrogação contratual, decorridos 12 meses, a Contratada deverá apresentar ao Fiscal com antecedência de 15 dias, o cronograma de férias dos profissionais vinculados ao Contrato, assim como, os dados dos profissionais que os substituirão;

#### 13.44 Benefícios:

13.44.1 De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, alterada pela Lei Federal nº 7.619, de 30/09/1987, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/1987, todo trabalhador no território nacional tem direito ao custo de seu transporte coletivo para seu deslocamento de ida/volta ao trabalho.

13.44.2 A Contratada fornecerá até o último dia útil do mês anterior auxílio-transporte no real valor das despesas de deslocamento residência – trabalho – residência.

13.44.3 Para estimativa do custo de auxílio transporte, com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para compensação do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz utilizou a seguinte metodologia:

13.54.3.1 Estabeleceu o Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho;

13.44.4 As despesas decorrentes do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no item anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz.

13.44.5 Fica a cargo da contratada definir junto aos seus funcionários as modalidades de transporte público para deslocamento até o local da execução dos serviços, considerando as seguintes variações para efeito de pagamento: trens urbanos ou metrô; ônibus municipais e intermunicipais.

13.44.6 O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo do Bilhete Único Intermunicipal, conforme disposto em planilha de custo e formação de preços.

13.44.7 Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

13.44.8 A Contratada fornecerá - até o último dia útil do mês anterior o auxílio-alimentação/refeição, que tenha ampla aceitação em estabelecimentos comerciais do ramo, nas condições estabelecidas pelo Acordo ou Convenção Coletiva da categoria, inclusive quanto à contrapartida do trabalhador. A empresa deverá informar à Fiocruz, através de declaração, se é participante do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

13.44.09 A Contratada deverá incluir outros benefícios contemplados na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria pois, caso existam, deverão estar previstos na proposta de preços e justificados.

13.44.10 A contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT juntamente com a sua proposta de preços final;

13.44.11 A Contratada deverá cumprir a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, deverá apresentar, sempre que solicitado, documentações que evidenciem o cumprimento da Legislação vigente, como: Carteiras de Trabalho, comprovante de depósito de férias, etc. Os prazos para a apresentação das documentações solicitadas estarão descritos no documento de solicitação enviado, pelo Fiscal, à Contratada.

13.44.12 Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como, alimentação, transporte encargos sociais previstos na legislação vigente e demais benefícios, decorrentes da contratação dos serviços como empregadora;

13.44.13 Fornecer à Contratante, sempre que solicitado, a folha de pagamento da Contratada com as respectivas composições salariais de cada categoria profissional, assim como, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais incidentes (trabalhistas previdenciários e tributários);

13.44.14 A contratada deverá observar o disposto no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT), alterada pela Lei nº13.467/2017, quanto a obrigatoriedade de intervalo para o horário de almoço dos profissionais vinculados na prestação do serviço.

13.44.15 Informar todos os dados e fornecer o material necessário a para a identificação da mão-de-obra vinculada à prestação dos serviços, sem ônus adicional para a Fiocruz.

13.45 Deverá apresentar laudo de periculosidade para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, no prazo máximo de 30 dias contados a partir do primeiro dia da vigência contratual. O laudo emitido por autoridade competente poderá ser objeto de avaliação que será realizada pela equipe técnica da Coordenação de Saúde do Trabalhador – Cogepe. Constatada a incidência de alguns dos adicionais, a empresa fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados desde o início da execução dos serviços.

13.45.1 A Contratada deverá aprovisionar o percentual de 40% de insalubridade nas planilhas de custo, visando à sustentabilidade jurídico-financeira e isonomia entre os licitantes. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus grau de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em Laudo Pericial, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE a ser apresentado pela Contratada num prazo de até 30 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual, conforme previsto no art. 93 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na CCT. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos na totalidade dos postos ou se for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos contratuais.

## 14 DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 16 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

16.3 As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de Ofício ou Ordem de Serviço.

16.4 A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 16.4.1 A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 16.5 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.6 A fiscalização de que trata este artigo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante seus funcionários
- 16.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 16.7.1 no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- 16.7.1.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - 16.7.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
  - 16.7.1.3 exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e
  - 16.7.1.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 16.7.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 16.7.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
  - 16.7.2.2 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - 16.7.2.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
  - 16.7.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 16.7.3 entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 16.7.3.1 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
  - 16.7.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
  - 16.7.3.3 cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - 16.7.3.4 comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
  - 16.7.3.5 Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 16.7.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 16.7.4.1 termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - 16.7.4.2 guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - 16.7.4.3 extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - 16.7.4.4 exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.7.5 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 16.7.5.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
  - 16.7.5.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
  - 16.7.5.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 16.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.
- 16.10. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 16.13. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.14. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.15. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.15.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
  - 16.15.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
  - 16.15.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 16.16. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.17. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 16.17.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 16.18. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 16.19. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.20. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.21. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.23. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade

- responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.26. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.28. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice II deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 17.2.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 17.2.1.1 O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação dos serviços estabelecendo as bases para manter e melhorar qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviço indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços, podendo ser aplicada à CONTRATADA as sanções previstas neste instrumento e as punições previstas em contrato.
- 17.2.2 As Ordens de Serviços referentes aos serviços contratados serão aceitos e a qualidade avaliada pelos usuários/requisitantes recebedores dos serviços. O fiscal do contrato da Fiocruz Rondônia avaliará a operação da prestação de serviço através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Apêndice II deste instrumento, onde também serão consideradas as avaliações das Ordens de Serviço a fim de certificar a qualidade da prestação dos serviços, bem como o cumprimento das obrigações da Contratada.
- 17.2.3 A avaliação dos serviços executados será realizada de forma periódica, a fim de gerar relatórios mensais pela Fiocruz. Esses relatórios poderão servir como fator redutor dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, em conformidade com as alíquotas obtidas nas avaliações.
- 17.2.4 Serão considerados para efeito financeiro a seguinte forma de medição:
- 17.2.4.1 Medição 1: Glosas pelas Faltas não cobertas diariamente nos postos de trabalho levando em consideração o valor dos custos dos profissionais dividido pelas quantidades de dias de execução previstos no mês, chegando assim a um valor líquido o qual será aplicado o IMR. Exemplo: = (custo do profissional/dias de execução no mês).
- 17.2.4.2 Medição 2: Avaliação por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual poderá descontar mensalmente da empresa Contratada a alíquota de até 10% do valor total da fatura pelo não alcance das metas pré-estabelecidas na execução dos serviços, sendo 5% para as avaliações em decorrência da apresentação pessoal e postura dos profissionais durante o exercício de suas atividades, bem como a organização do espaço de trabalho, uso do uniforme e crachá, entre outros, realizadas pela fiscalização do contrato, e 5% para as avaliações das Ordens de Serviços realizadas pelos usuários/requisitantes por meio do sistema interno de gestão da Fiocruz Rondônia. As Ordens de Serviços (OS) não avaliadas pelos usuários serão consideradas como aprovadas e aquelas consideradas como ruim ou péssimo serão consideradas como reprovadas.
- 17.2.5 A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base na Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 17.2.6 A FISCALIZAÇÃO irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.
- 17.2.7 Nas avaliações realizadas será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):
- | Ótimo                         | Bom                           | Ruim                           | Péssimo                       |
|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| 9 a 10 (de nove a dez) pontos | 6 a 8 (de seis a oito) pontos | 3 a 5 (de três a cinco) pontos | 0 a 2 (de zero a dois) pontos |
- ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.
- BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.
- RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.
- PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.
- 17.2.8 O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice II, nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.
- 17.2.9 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 17.2.10 A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a FISCALIZAÇÃO do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.
- 17.2.11 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 17.2.12 A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causa de desconto na fatura anterior.
- 17.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.3.1 não produziu os resultados acordados;
  - 17.3.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 17.3.4 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 18.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 18.1 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 18.2 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 18.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do

- contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 18.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,
- 18.3.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 18.3.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 18.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 18.5 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 18.6 No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 18.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 18.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 18.8 No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 18.8.1 realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 18.8.2 emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 18.8.3 comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto*.
- 18.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 18.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 19.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 19.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.4 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.4.1 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.4.2 o prazo de validade;
- 19.4.3 a data da emissão;
- 19.4.4 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.4.5 o período de prestação dos serviços;
- 19.4.6 o valor a pagar; e
- 19.4.7 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 19.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.10.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.11 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.12 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

--	--	--	--

## 20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

20.4 A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

20.4.1 Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

20.4.1.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

20.4.1.2 parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

20.4.1.3 parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

20.4.1.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.5 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1 2013º (décimo terceiro) salário;

20.5.2 Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.7 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

20.8 Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.9 Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.10 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.11 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.11.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.11.2 Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.11.3 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.11.4 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 21 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2 Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

21.3 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes

21.4 A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.5 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.5.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

21.5.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

21.5.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

21.6 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

21.7 As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

21.8 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

21.8.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

21.8.2 da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

21.8.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

21.9 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou

à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação ou direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.10 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

21.11 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

21.12 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21.13 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

21.14 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e para o fornecimento de combustíveis, pelo preço médio mensal divulgado pela Agência Nacional de Petrólio - ANP, ambos com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

21.14.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.14.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.14.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.14.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

21.14.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.15 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.15.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.15.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

21.15.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21.16 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.17 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.18 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

21.19 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

21.20 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.1 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

22.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

22.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

22.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

22.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

22.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

22.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10 Será considerada extinta a garantia:

22.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

22.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

22.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

22.13 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

22.14 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.15 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:(1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 23.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 23.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 23.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 23.1.5 Cometer fraude fiscal.

23.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 23.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 23.2.2 Multa de:
  - 23.2.2.1- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 23.2.2.2- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 23.2.2.3- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - 23.2.2.4- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
  - 23.2.2.5- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - 23.2.2.6- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

23.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

23.2.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.3 As sanções previstas nos subitens 23.2.1, 23.2.3, 23.2.4 e 23.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

23.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.7.1 Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.14. Comete infração administrativa nos termos da Portaria nº 150/2019-Cogead Fiocruz:

23.14.1 DAS SANÇÕES

23.14.1.1 Não assinar o contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

23.14.1.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

23.14.1.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

23.14.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro)meses;

23.14.1.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro)meses;

23.14.1.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

23.14.1.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta)meses;

23.14.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

23.14.1.9 Cometer fraude Fiscal:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento cio SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

23.14.2 AGRAVANTES:

As sanções previstas no item 23.14.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

23.14.2.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

23.14.2.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

23.14.2.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo licitatório;

23.14.2.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

As penas previstas nos subitens 23.14.1 1, 23.14.1 2, 23.14.1.4 e 23.14.1.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

23.14.3 ATENUANTES

23.14.3.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

23.14.3.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

23.14.3.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

23.14.3.4 A penalidade a que se refere ao subitem 23.14.1.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

23.14.3.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

23.14.3.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

23.14.3.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz; e

23.14.3.5 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

23.14.4 ATENUANTES

23.14.4.1 Quando da ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

23.14.4.2 A Aplicação das penas previstas nesta portaria não se exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração;

23.14.4.3 Na apuração dos fatos de que trata a portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, require diligências;



24. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

24.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1 Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

24.3.2. Atestado de prestação de serviço de atendimento com envolvimento de mão de obra residente, com um mínimo de 2 postos de trabalho, o que representa o quantitativo equivalente a 50% do quantitativo total de postos de trabalho, arredondado para cima, a ser contratado para prestação de serviço de locação de veículos com condutor para transporte de passageiros e de pequenas cargas;

24.3.2.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

24.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

24.3.5. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

24.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.1.Valor Global: R\$ 801.431,12 (oitocentos e um mil quatrocentos e trinta e um reais e doze centavos).

24.1.1Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

23.4.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por item.

24.4.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

25.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 801.431,12 (oitocentos e um mil quatrocentos e trinta e um reais e doze centavos).

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

26.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022/2023, na classificação abaixo:

Projeto: 0032.2000.565 .00008 - Serviço de transporte de passageiros e pequenas cargas e condutor de veículos - Rondônia

Iniciativa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Ação Orçamentária: 2000 - Administração da Unidade-Custeio

Finalidade: 567 - Gestão de Apoio Administrativo - Manutenção condominial

Programa de Trabalho: 101.220.032.2000.0033

Fonte de Recurso: 06151000000

Elemento de Despesa: 339033 - Passagens e Desp. com Locomoção

Subelemento: 339033.03

27 – DOS ANEXOS

Apêndice I – ESTUDOS TÉCNICO PRELIMINAR

Apêndice II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

Apêndice III – RELAÇÃO DE UNIFORMES

Apêndice IV – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO PARA AS ATIVIDADES DE MOTORISTA

Apêndice V - MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO

Rondônia, 22 de novembro de 2022.

Robnei Roni Stefanos

Fiocruz Rondônia

Mat. Siape nº 107.299-8

Requisitante dos Serviços

Aprovo,

Jansen Fernandes Medeiros

Coordenação da Fiocruz Rondônia

APÊNDICE I – ESTUDOS TÉCNICO PRELIMINAR CONFORME ID SEI N° 2072200

APÊNDICE II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

IMR - Locação de veículos				
Mês/ Ano				Resultado da Avaliação da Qualidade do Serviço
Locação de veículos	AVALIAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	Resposta Manual	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Pontuação Aplicada Após
			Existe bom senso, iniciativa,afabilidade, educação, agulidade , fluência verbal dos profissionais durante a prestação de serviço?	
			Observação:	
			Os profissionais respeitam a carga horária de trabalho durante a prestação dos serviços?	
			Observação:	
			Os profissionais retiram e devolvem as ordens de serviços no Escritório Fiocruz Rondônia, conforme orientações da fiscalização do contrato?	
			Observação:	
			Os profissionais cumprem as exigências da fiscalização do contrato quanto aos cuidados com veículos (limpeza, abastecimento, manutenção)?	
			Observação:	
			Como podem ser avaliados os profissionais quanto à apresentação pessoal ( )uso de uniforme e crachá)?	
			Observação:	

APÊNDICE III – RELAÇÃO DE UNIFORMES

Uniformes - Motoristas

Descrição	Total por profissional
CAMISA de manga curta (tipo social), confeccionada em tecido poliéster com algodão, na cor padrão da empresa, com o logotipo da prestadora de serviço, bordado no bolso na altura do tórax esquerdo	4
AGASALHO (tipo social) na cor padrão da empresa (podendo ser blazer ou casaco sem capuz) com o logotipo da prestadora de serviço, bordado na altura do tórax esquerdo.	1
CALÇA comprida (tipo social), confeccionada em tecido Oxford, na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4
CINTO (tipo social), em couro na cor preta e sem detalhes (liso) com fivela simples.	1
MEIA social na cor preta em tamanho compatível ao profissional.	4
SAPATO ocupacional (tipo social) confeccionado em couro. Biqueira True Line. Colarinho soft acolchoado. Fechamento em cadarço. Palmilha de montagem em poliéster resinado. Solado em PU bi densidade com injeção direta no cabedal, que possibilita amortecimento com absorção de impactos na entressola e no calcanhar.	2

**Observação 01.:** A licitante deverá preencher a aba Uniformes de acordo com as categorias profissionais devendo se atentar para a periodicidade de entrega de novos uniformes aos trabalhadores, conforme Termo de Referência.

**Observação 02.:**O quantitativo de uniformes indicados pela Administração são os mínimos obrigatórios a serem ofertados pela licitante para cada profissional, podendo a empresa cotar outros itens de acordo com sua especificidade.

**Observação 03.:** A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

**Observação 04.:** A descrição é meramente exemplificativa, devendo a licitante cotar outros itens necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional.

APÊNDICE IV – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO PARA AS ATIVIDADES DE MOTORISTA

Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz Fluores Rondônia		FORMULÁRIO DE ORDEM DE SERVIÇO			
Serviço de Transporte e Pequenas Cargas		Operador:		EXECUÇÃO	Nº 001/2019
Setor Solicitante		Data Solicitação		Data Execução	
DADOS DO SOLICITANTE					
Solicitante	Contato		E Mail	Telefone	
OBJETIVO			INTINERÁRIO		
DADOS SOLICITAÇÃO					
Tipo de Veículo: ( ) PICK-UP ( ) Utilitário					
OBSERVAÇÕES - Obrigações Exclusivas dos Motistas					
A) Verificar, óleo, combustível, níveis de água e condições do veículo. B) Relatar qualquer problema mecânico no veículo. C) Zelar pela higiene dentro e fora do veículo.					
D) Verificar a calibragem dos pneus. E) Se apresentar com a higiene pessoal e boa apresentação. F) Manter sigilo conveniente referente às atividades desenvolvidas.					
EXECUÇÃO DO TRANSPORTE					
Origem	km Início		Destino	km Retorno	
	Hora			Hora	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO					
A) Educação do condutor;			B) Atenção do condutor em sua atividade;		
C) Não utilização de aparelho celular pelo condutor durante a condução do veículo;			D) Veículo se encontrava em bom estado;		
E) Apoio prestado pelo motorista durante as atividades;			F) Apresentação pessoal do motorista, com uso de uniforme e crachá.		
NOTA DA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO					
ORIENTAÇÃO: Marque com um "X" a nota a qual julga refletir de forma apropriada a avaliação global do serviço prestado.					
ÓTIMO ( )		BOM ( )		RUIM ( )	
				PÉSSIMO ( )	
Assinatura do Condutor					
Assinatura da Equipe de Apoio a Fiscalização					
Assinatura do Fiscal do Contrato					

FORMULÁRIO DE ORDEM DE SERVIÇO

#### APÊNDICE V - MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO



#### ESPECIFICAÇÕES:

- 1 - "A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL" - letras tipo helvética média, caixa alta, negrito com 20 mm de altura na cor preta.
- 2 - sigla do órgão / entidade - letras tipo helvética média, caixa alta, negrito com 50 mm de altura na cor azul marinho (pantone 2597 cv).
- 3 - sublinhado - com 3 mm e a 5 mm de distância da sigla do órgão
- 4 - "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO" - letra tipo helvética normal, caixa alta, com 20 mm de altura na cor amarelo ouro (pantone 108 cv), inscrita em tarja azul marinho (pantone 2597 cv), de 30 mm de comprimento e 380 mm de largura.
- 5 - borda na cor azul marinho (pantone 2597 cv), com largura de 5 mm.
- 6 - fundo na cor amarelo ouro (pantone 108 cv).

#### OBSERVAÇÕES:

- 1) A utilização da identificação acima indicada é obrigatória.
- 2) A arte final deverá ser aprovada pela fiscalização do contrato da Fiocruz Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**, Coordenador(ª) de Serviços Operacionais - Substituto(ª) - CSO/COGIC, em 06/12/2022, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE BARROS RIBEIRO GARCIA**, Analista Administrativo Pleno 2, em 06/12/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANSEN FERNANDES DE MEDEIROS**, Coordenador da Fiocruz Rondônia, em 06/12/2022, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2300309** e o código CRC **3C7BF399**.

